



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Suplemento **DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA**

ANO XV PALMAS, QUINTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2005 Nº 1459



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. César Halum

1º Vice-presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

2º Vice-presidente: Dep. Sargento Aragão

1º Secretário: Dep. Angelo Agnolin

2º Secretário: Dep. João Oliveira

3º Secretário: Dep. Fábio Martins

4º Secretário: Dep. José Augusto

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Fábio Martins(pres)**, José Augusto(vice), Fabion Gomes, Vicentinho Alves e José Santana.

MEMBROS SUPLENTES:

Deputados: Palmeri Bezerra, Iderval Silva, Valuar Barros, Sargento Aragão e Cacildo Vasconcelos.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Eduardo do Dertins(pres)**, Iderval Silva, Vicentinho Alves, Josi Nunes e Valuar Barros.

MEMBROS SUPLENTES:

Deputados: Palmeri Bezerra, Eli Borges, Raimundo Moreira, Laurez Moreira e Paulo Sidnei.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Eli Borges(pres)**, Sargento Aragão(vice), Iderval Silva, Laurez Moreira e Fabion Gomes.

MEMBROS SUPLENTES:

Deputados(a): Josi Nunes, Palmeri Bezerra, Valuar Barros, Toinho Andrade e Vicentinho Alves.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Raimundo Moreira(pres)**, Palmeri Bezerra(vice), Júnior Coimbra, Laurez Moreira e Sargento Aragão.

MEMBROS SUPLENTES:

Deputados(a): Josi Nunes, Palmeri Bezerra, Valuar Barros, Toinho Andrade e Vicentinho Alves.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Júnior Coimbra(pres)**, Fabion Gomes(vice), Josi Nunes, Valuar Barros e Paulo Sidnei.

MEMBROS SUPLENTES:

Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Eli Borges, Laurez Moreira, Sargento Aragão e Raimundo Moreira.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quartas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Toinho Andrade, Valuar Barros(vice), Carlos Henrique Gaguim, Iderval Silva e Vicentinho Alves.

MEMBROS SUPLENTES:

Deputados(a): Júnior Coimbra, José Augusto, Laurez Moreira, Eduardo do Dertins e Cacildo Vasconcelos.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Laurez Moreira(vice), Hécio Santana, Carlos Henrique Gaguim, Cacildo Vasconcelos e Paulo Sidnei.

MEMBROS SUPLENTES:

Deputados: Eli Borges, Fabion Gomes, Valuar Barros, Eduardo do Dertins e Fábio Martins.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

MEMBROS EFETIVOS:

MEMBROS SUPLENTES:

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

PROJETO DE LEI Nº 33/2005

Declara de Utilidade Pública a Associação Resgate Cidadão.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Resgate Cidadão localizada em Palmas-TO.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 18 dias do mês de maio de 2005.

ELIBORGES

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A Associação Resgate Cidadão, é uma entidade reconhecidamente útil por sua prestação de serviço à comunidade de Palmas, nas áreas assistencial, cultural e educacional.

Por seus atributos a Associação Resgate Cidadão é apresentada a esta Casa Legislativa para ser considerada de utilidade pública e, por esta medida, ser beneficiária de maiores possibilidades para a consecução dos seus projetos sociais.

Diante do exposto, recorro à aprovação deste Projeto de Lei pelos nobres colegas Deputados.

Sala das Sessões, aos 18 dias do mês de maio de 2005.

ELIBORGES

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 39/2005

** Republicado por incorreções*

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Lavradores e Criadores de Sítio Novo do Tocantins – APLAC.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Pequenos Lavradores e Criadores de Sítio Novo do Tocantins – APLAC.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho do ano de 2005.

Josi Nunes

Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Pequenos Lavradores e Criadores – APLAC, com registro no CNPJ 05.169.010/0001-79, com sede na Av. Bernardo Sayão, nº 5, Bairro JK, em Sítio Novo do Tocantins - TO, é uma entidade civil sem fins lucrativos, criada para incentivar o trabalho comunitário e apoiar as ações dos pequenos agricultores e criadores da região e da comunidade de Sítio Novo e adjacências.

Entre outros objetivos, a APLAC visa à promoção e ao desenvolvimento comunitário, através da congregação de pequenos produtores, criadores e trabalhadores rurais através de convênios com associações congêneres, autarquias, entidades públicas, municipais, estaduais, federais e outras.

Os membros da Associação são integrantes de famílias dos pequenos produtores da região e visam à busca da melhoria da qualidade de vida, aumentando a renda familiar, bem como o envolvimento dos associados no planejamento e execução dos projetos a serem desenvolvidos pela Associação.

A entidade já é declarada de utilidade pública pelo Município de Sítio Novo do Tocantins, pela Lei Municipal 308/2005, de 14 de abril de 2005, conforme se vê pela cópia da lei em anexo.

Ressalto que todos os requisitos previstos pela legislação estadual estão rigorosamente cumpridos (documentos em anexo), portanto, não existe impedimento para o acolhimento da presente medida, sendo que a Declaração de Utilidade Pública é de fundamental importância para a concretização das atividades desenvolvidas pela entidade.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 15 dias do mês de junho do ano de 2005.

Josi Nunes

Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 47/2005

Altera a Lei 1.409, de 29 de outubro de 2003.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. O artigo 1º da Lei 1.409, de 29 de outubro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. O Hospital Geral de Palmas fica denominado Hospital Gera de Palmas Dr. Francisco Ayres."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 4 dias do mês de agosto de 2005.

CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A alteração ora proposta se justifica para que a homenagem ao Dr. Francisco Ayres, seja feita no Hospital Geral de Palmas, onde segundo a Lei nº 1.409, de 29 de agosto de 2005 será erguido um busto na data de sua inauguração.

Assim, senhores Deputados peço que o Projeto de Lei possa ser aprovado com a devida urgência que a circunstância exige.

CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 68/2005

Denomina Rodovia José de Souza Dourado, o trecho da TO-020, que interliga as cidades de Novo Acordo a Aparecida do Rio Negro-TO

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Fica denominada de rodovia JOSÉ DE SOUZA DOURADO, o trecho da TO-020, que interliga as cidades de Novo Acordo a Aparecida do Rio Negro-TO.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 24 dias do mês de novembro de 2005.

JÚNIOR COIMBRA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Art. 111, inciso I do Regimento Interno desta Casa, tem este o objetivo de homenagear o Senhor José de Souza Dourado, dessa forma resgatando um pouco da história política da cidade de Novo Acordo e do Estado do Tocantins.

O saudoso José de Souza Dourado foi Deputado Estadual por Goiás, vereador por Porto Nacional, prefeito no município de Novo Acordo e representou muito bem em todos os âmbitos de governo em nosso Estado, aquela cidade e toda região, onde foi um desbravador como piloto aviador civil e lutador pelo progresso contribuindo de maneira relevante, acompanhando com muito interesse e participando de todas as ações que foram desenvolvidas para alcançar sucesso na emancipação do antigo norte goiano, culminando com a criação do Estado do Tocantins.

Portanto, considerando como justa e louvável esta pretensão, peço aos nobres pares que apóiem sua aprovação.

Sala das Sessões, aos 24 dias do mês de novembro de 2005.

JÚNIOR COIMBRA

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 71/2005

Altera a Lei nº 1.366, de 31 de dezembro de 2002, que proíbe a queima de coco de babaçu *in natura*.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. O Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 1.366, de 31 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à produção do carvão para uso doméstico do lavrador e à utilização imprópria para o consumo humano ou animal."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 24 dias do mês de novembro de 2005.

JOSÉ AUGUSTO

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O conceito do babaçu é uma riqueza natural do Estado do Tocantins, que vem sendo explorado pela indústria que se utiliza do coco classificado, próprio para o consumo humano e animal, produzindo inúmeros produtos industrializados, desde óleos, sabão torta para ração animal, até o carvão ativado, que inclusive, faz parte da nossa pauta de exportações.

Desde os primórdios, um volume muito grande de pessoas, principalmente as mulheres, praticamente sem nenhum grau de instrução ou de qualificação, sobrevive extraindo a amêndoa do coco de babaçu, são as conhecidas quebradeiras de coco.

Neste trabalho rudimentar e extrativista, com baixíssimo retorno financeiro, só são utilizados os cocos considerados perfeitos, próprios para o consumo humano e animal.

Assim sendo, um enorme volume de matéria-prima fica inaproveitada, pois são os cocos com defeito, ou seja, impróprios para o consumo humano e animal, além das sobras das extrações que não são classificados para o aproveitamento mais nobre; e é sobre este último que versa o presente Projeto de Lei.

O benefício econômico decorrente da utilização desta imensa quantidade de material considerado "impróprio para o consumo humano ou animal", é muito grande, pois, a maioria desta matéria-prima fica perdida no solo, embaixo dos pés de babaçu, e o restante e sobra da seleção feita pelas quebradeiras de coco. Portanto, aqui se abre mercado para uma matéria-prima antes sem valor comercial. É importante destacarmos, também, que o Estado do Tocantins receberá altos investimentos em fornos e na industrialização do carvão (que será utilizado pela indústria siderúrgica), gerando novos empregos, além de aumentar as receitas para o nosso Estado, com a tributação do carvão industrializado.

Vale ressaltar o elevado alcance social desta medida, pois irá incrementar mensalmente a baixa remuneração do grande contingente de pessoas envolvidas na catação e quebra do coco.

Diante do exposto, fica evidenciado o alcance social da matéria.

Contamos com o apoio dos ilustres Pares, esperando ver o presente Projeto de Lei aprovado pelo Plenário, depois de processado pela douta Mesa.

Sala das Sessões, aos 24 dias do mês de novembro de 2005.

JOSÉ AUGUSTO

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 76/2005

Estabelece a obrigatoriedade do ensino de Noções de Informática no ensino fundamental e médio.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. É obrigatório o fornecimento da disciplina Noções de Informática no ensino fundamental e médio do Sistema Estadual de Ensino.

Art. 2º. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de novembro de 2005.

PAULOSIDNEI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, que estabelece a obrigatoriedade do fornecimento da disciplina Noções de Informática para o ensino fundamental e médio, objetiva claramente oferecer ao alunado da escola pública oportunidade técnico-educacional de desenvolvimento de habilidades naquela área, dando-lhe efetivamente

condições mínimas de aspirar colocação futura no mercado de trabalho.

Atualmente, e tal é irreversível, empregos públicos e particulares estão a exigir o conhecimento de informática em seus aspectos técnicos e práticos como condição *sine qua* para admissão do trabalhador. Observa-se que a prova de conhecimentos de informática goza de considerável peso nos concursos públicos e nos testes para contrato na iniciativa privada, e não raras vezes constitui-se em barreira para aqueles que, oriundos de escolas públicas e de famílias de reduzidos recursos financeiros, não puderam cursar tal disciplina.

Observa-se, também, que significativo número de jovens e adultos detém conhecimentos práticos de informática, autodidatas em sua maioria, que se adaptam precariamente às exigências do mercado, mas que por isso mesmo não conseguem habilitar-se em provas específicas, sendo desclassificados dos concursos, leia-se aliados do mercado de trabalho.

Oferecendo essa disciplina ainda na fase fundamental do estudo, estaremos promovendo ao educando a oportunidade de desenvolvimento de suas plenas capacidades, nas mesmas condições dos filhos das famílias mais abastadas, de sorte a oferecer-lhe o mínimo para habilitá-lo ao concorrido mercado, em igualdade de conhecimento nesse campo específico.

Este parlamentar quer o apoio dos nobres pares para democratizar de direito e de fato o ensino de informática, e acabar de vez no Tocantins com o analfabetismo digital, atraso tecnológico-educacional que à viva força deve-se eliminar.

É por essa, e por todas as razões, que convido os pares ao aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de novembro de 2005.

PAULO SIDNEI
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 77/2005

Cria o Programa O Pão Nosso de Cada Dia e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. É criado em caráter permanente o Programa O Pão Nosso de Cada Dia, destinado a fornecer diariamente pão e leite *in natura* às crianças carentes de zero a seis anos em todo o estado.

Art. 2º. O fornecimento de que trata o art. 1º. poderá ser feito mediante o uso de cartões identificadores exclusivos, cupons ou qualquer outro meio idôneo.

Parágrafo único. Nenhuma família carente receberá por dia menos de 4 (quatro) pães de 50 (cinquenta) gramas cada, nem menos de 2 (dois) litros de leite.

Art. 3º. O Poder Executivo, através de suas Secretarias, cadastrará no prazo improrrogável de 90 (noventa) dias, todas as crianças referidas no art. 1º.

Parágrafo único. Crianças carentes são as pertencentes às famílias assim definidas em lei ou em convenções sócio-estatísticas usualmente aceitas, ou, na falta dessas, aquelas

de renda familiar não superior a 2 (dois) salários mínimos por mês.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei deverão ser consignadas em rubrica especial do orçamento da Secretaria do Trabalho e da Ação Social – SETAS.

Art. 5º. O Chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei em 30 (trinta) dias da data de sua publicação.

Art. 6º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de novembro de 2005.

PAULO SIDNEI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, que cria o programa O Pão Nosso de Cada Dia, nada tem de novo, exceto pelo fato de que com tantos programas e ações de governo ainda não se conseguiu assegurar aos brasileiros mais carentes um piso nutricional mínimo, a começar pelo desjejum.

Somado a esse todo desconfortável de desnutrição crônica, a fome e a carência de proteínas estão dramaticamente a requerer uma ação positiva básica, imediata e sem muita sofisticação que não a de doar o alimento e por ele propiciar uma vida menos sofrida ao carente, especialmente quando se trata do pré-escolar.

Nem é preciso debruçar-se sobre frios números ou porcentuais estatísticos para saber como vivem as crianças carentes brasileiras em geral e as tocantinenses em particular. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, os números da Pastoral da Criança e a simples visualização delas em seus casebres, nos braços da mãe ou nas ruas em seu dia-a-dia, dão-nos a sombria perspectiva que alcança milhares de famílias em condições de miséria absoluta. É por elas que programas, tais o que ora proponho, devem ser apreciados sob a ótica do humanismo e aprovados por razões, no mínimo, éticas. É dever do estado garantir um mínimo a seus cidadãos.

Não se pode perder de vista o alcance deste Programa que busca atingir direta e positivamente as crianças de zero a seis anos das famílias carentes, que não contam com a merenda escolar diária que os maiores de sete anos contam, mas que estão no ápice do desenvolvimento intelectual e cujas capacidades estão sendo minadas pela desnutrição.

De sorte que com a aprovação deste PL e a conseqüente implementação do programa de distribuição de alimentos iremos fatalmente reduzir a vulnerabilidade social. Combatendo a fome e a desnutrição e, ao mesmo tempo, num desejável fomento econômico iremos fortalecer a cadeia produtiva do leite e aumentar a produção do pão, gerando mais emprego e renda para o Tocantins.

Com a inclusão alimentar desse contingente infantil, principal objetivo desta lei, estaremos, como já mencionado, viabilizando a produção leiteira através da aquisição do leite pelo estado durante todo o ano, garantindo a comercialização e preços mínimos. Tal cometimento irá aumentar a eficiência e a produtividade dos produtores, especialmente dos micros e pequenos.

Pode-se, assim, perfeitamente desdobrar o pensamento sócio-inclusivo para o terreno econômico: a Secretaria da Agricultura, à par do substantivo *quantum* de leite, que certamente será acrescido ao movimento diário de produção, comercialização e consumo no estado, terá ampliada a sua área de atuação, em todos os níveis técnico-operacionais.

É por essa, e por todas as razões, inclusive as de estado, que convindo os pares ao aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de novembro de 2005.

PAULOSIDNEI
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 78/2005

Autoriza ao Poder Executivo a conceder desconto no ICMS às empresas que admitirem empregados portadores de deficiência no Estado do Tocantins.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a, através da Secretaria Estadual da Fazenda - SEFAZ, a conceder desconto no pagamento à vista do ICMS às empresas instaladas no território do Estado, que admitirem e mantiverem pessoas com deficiência.

§ 1º. A comprovação da contratação e da manutenção do deficiente em seu quadro de trabalho, para fins de fruição do benefício de que trata o *caput* deste artigo, far-se-á através de registro de controle trimestral junto à SEFAZ.

§ 2º. Serão também beneficiários do desconto as empresas que já tenham em seus quadros empregados deficientes.

Art. 2º. O desconto previsto nesta Lei terá a seguinte proporção:

I - até dois deficientes, 5%;

II - de três até cinco deficientes, 10%

III - seis ou mais deficientes, 15%.

Parágrafo único. Os percentuais serão calculados e deduzidos do valor total do tributo devido a ser recolhido mensalmente pelo contribuinte.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta lei em 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, ao 1º dia do mês de dezembro de 2005.

PAULOSIDNEI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

De acordo com a Constituição Federal, em seu artigo 3º, inciso II e IV, o principal objetivo da República é "erradicar a pobreza, a marginalização e reduzir as desigualdades sociais", "em como promover o bem de todos..." refletindo esta regra fundamental a Constituição Tocantinense moldou-se e até inovou em alguns aspectos, os quais, lamenta-se, ainda está no terreno do ideal.

O desemprego, maior flagelo da sociedades deste começo de século, e, nada cede às exigências cada vez maiores de vagas e postos de trabalhos, e, em tais condições, o mercado tornou-se extremamente seletivo, o que obviamente trabalha em desfavor daqueles cujas habilidades tem entraves naturais, caso dos deficientes. Sua qualificação para disputar uma vaga no mercado de trabalho, sofre a concorrência de uma disputa desproporcional, e

nesse campo vem sendo aliado das poucas oportunidades, e sendo marginalizado.

A Carta Tocantinense, em seu Título XIII, art. 121, dispõe:

"O Estado e os municípios prestarão assistência social e psicológica a quem delas necessitar, obedecidos princípios e normas da Constituição Federal, tendo por base, primeiro o trabalho, e por objetivos o bem-estar e a justiça sociais, protegendo a família, maternidade, a infância, a adolescência, a velhice e o deficiente."

Mas, para que isso seja implementado - e "para orientação do planejamento de ações públicas" - devem os deficientes ser conhecidos, assim como suas condições sócio-econômicas, culturais e profissionais e das causas de deficiências. Tudo previsto, mas a espera de ser realizado pelo Estado e pelos municípios, no art. 159 da Constituição Tocantinense.

A razão primeira desta proposição é oportunizar a esses cidadãos uma colocação no mercado de trabalho, e em muitos casos será a primeira, ainda que muitos deficientes são altamente capazes e eficientes, faltando-lhes tão só uma política pública apropriada às suas necessidades, incluidora e necessariamente protecionista. O projeto, portanto, visa incentivar as empresas privadas que admitam ou já tenham em seu quadro de empregados, portadores de necessidades especiais, oferecendo-lhe descontos do ICMS, na proporção da abertura trabalhista-social que fazem.

Por outro lado, ainda que não previamente quantificados, os deficientes no Estado, espera-se que a inclusão dessa mão-de-obra parada no mercado de trabalho, à par dos aspectos sociais evidentes ou intuitivos, em muito contribuirá para a economia interna, eis que a dinamização das atividades econômicas pelo incremento do emprego é a primeira e esperada consequência da proposta.

Salas das Sessões, ao 1º dia do mês de dezembro de 2005.

PAULOSIDNEI
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 79/2005

Altera o inciso VII do art. 5º., acrescenta-lhe os incisos VIII e IX e revoga o seu § 1º., da Lei nº 780, de 2 de outubro de 1995, que cria o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Modifique-se inciso VII do art. 5º. da Lei nº 780, de 2 de outubro de 1995, e acrescente-se-lhe os incisos VIII e IX, que passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 5º.

"VII – 03 (três) da Assembléia Legislativa;

VIII - 01 (um) do Ministério Público;

IX - 01 (um) representante classista das entidades privadas de ensino superior no Estado."

Art. 2º. Fica revogado o § 1º. do art. 5º. da Lei nº 780, de 2 de outubro de 1995.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de novembro de 2005.

PAULOSIDNEI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 780, de 2 de outubro de 1995, que regulamentou o art. 143 da Constituição Estadual, criou o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, que tem como finalidade formular as diretrizes e promover a execução da política de ciência e tecnologia do Estado.

Entre seus objetivos, todos nobres e perfeitamente sonantes com o bem estar e o progresso científico-social, destaca-se o de gestor do Fundo Estadual de Ciência e Tecnologia, vinculado à Secretaria do Planejamento, que, como se sabe, tem consideráveis recursos orçamentários destinados a bolsa de estudo para o ensino de graduação e pós-graduação.

Destaca-se, hoje, tal objetivo em função da Lei nº 1.442, de 11 de março de 2004, que instituiu o Programa de Crédito Educativo – PROEDUCAR, tema sempre presente nas discussões políticas, sociais e parlamentares, eis que o número de estudantes nas faculdades, centros universitários e institutos privados de ensino superior no Estado há muito superou o contingente acadêmico da Universidade Pública. Esta realidade vivenciada num Estado com os modestíssimos indicadores econômicos e sociais tais os da magnitude do Tocantins é inadministrável para os orçamentos particulares de pais e alunos, que seguramente não suportam mais essa carga financeira que, para não perpetuarem a pobreza, precisam suportar. As entidades privadas, à vista da crescente e inevitável inadimplência vêm compensando na escassez de investimentos de toda ordem e na previsível deterioração da qualidade; o alunado, evadindo-se da academia. Tudo isso e mais uma série de outras conseqüências todas nefastas e prejudiciais aos interesses do próprio Estado, vem pontuando o dia-a-dia de pais e alunos tocantinenses.

Mas eis que surge o PROEDUCAR e com ele a possibilidade de levar a significativo percentual de alunos dos cursos superiores privados no Estado, um refresco financeiro sob a forma de crédito educativo. Por isso propomos modificação da Lei 780/1995, e buscamos integrar ao tão bem composto Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia a voz do povo, representada por três membros da Assembléia Legislativa; do fiscal da lei, representada por um membro do zeloso Ministério Público e, para nele observar certa paridade com a UNITINS, um representante classista das entidades de ensino superior no Estado.

Assim, das originais cinco vagas previstas para representantes das áreas de produção, de trabalho na pesquisa e de usuários, algo difusas e não contempladoras realmente de representatividade, propomos a este Plenário a emenda à Lei nº 780/1995, por este Projeto, o que, em última análise, fará daquele Conselho um melhor espelho da democracia tocantinense.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de novembro de 2005.

PAULOSIDNEI

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 80/2005

Cria o Cadastro Tocantinense de Controle da Mortalidade Materna - CATMA, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito dos hospitais públicos e dos hospitais da rede conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS do Estado do Tocantins, o Cadastro Tocantinense da Mortalidade Materna - CATMA.

Parágrafo único. O CATMA destina-se a reunir informações e dados acerca das mortes maternas ocorridas no Estado.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, considera-se mortalidade materna:

I - óbito de mulher durante a gestação;

II - óbito de mulher dentro de um período de 42 dias após o término da gestação;

III - óbito de mulher devido a qualquer causa relacionada ou agravada pela gravidez ou por medidas correlatas à gravidez, porém, não devido a causas acidentais ou incidentais.

Art. 3º. Os hospitais a que se refere o art. 1º desta lei registrarão, em formulário próprio, o óbito de mulheres de qualquer idade cujas causas estejam relacionadas com o disposto no art. 2º.

Parágrafo único. O registro de que trata o *caput* deste artigo conterá dados referentes.

I - gestantes;

III - ao acompanhamento feito durante o pré-natal;

III - às prováveis causas do óbito.

Art. 4º. Os hospitais abrangidos por esta lei encaminharão à Secretaria de Estado da Saúde, mensalmente, os formulários com os dados registrados, para a formação do banco de dados do Cadastro Tocantinense de Mortalidade Materna - CATMA.

Art. 5º. A Secretaria de Estado da Saúde, responsável pela manutenção do CATMA, enviará relatório semestral sobre a mortalidade materna tocantinense:

I - ao Ministério da Saúde;

II - à Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins;

III - ao Conselho Estadual da Mulher.

Art. 6º. Caberá à Secretaria de Estado da Saúde, em conjunto com o Conselho Estadual de Saúde desenvolver atividades e programas de combate à mortalidade materna.

Art. 7º. Os hospitais que descumprirem o disposto nesta lei sujeitam-se a:

I - notificação, para adequação no prazo de dez dias;

II - multa de cem salários mínimos, no caso do não cumprimento da notificação;

III - multa de duzentos salários mínimos, no caso de reincidência.

Parágrafo único - O valor do salário mínimo será aquele vigente à época do pagamento da multa.

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, ao 1º dia do mês de dezembro de 2005.

PAULOSIDNEI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente projeto pretende que o Estado do Tocantins crie o cadastro de mortalidade materna, com a finalidade não apenas de colher dados sobre a questão, mas também com o objetivo último de que, com base nas informações do cadastro, seja viabilizada a criação de programas e atividades de combate à mortalidade materna.

De acordo com o "Manual dos Comitês de Mortalidade Materna", editado pelo Ministério da Saúde (2ª edição 2001), elaborado por profissionais de diversas faculdades, como a USP, e por setores da Organização Mundial de Saúde, entre outras entidades de representação nacional, "a morte de mulheres em idade fértil por causas ligadas à gravidez, ao aborto, ao parto e ao puerpério é em sua grande maioria evitável.

Em 1990, um estudo realizado pela Organização Mundial de Saúde, estimou que aproximadamente 585 mil mulheres, no mundo, morreram por complicações ligadas ao ciclo gravídico - puerperal, e que, dessas mortes, cerca de 95% ocorreram nos países em desenvolvimento. Na América Latina, a mortalidade materna se apresenta como um grave problema social e de saúde. Morreram nessa região em torno de 28 mil mulheres por complicações da gravidez, do parto e do puerpério. Se todas as mulheres tivesse condições de vida e atenção à saúde semelhantes às dos países mais desenvolvidos, teriam sido evitados 98% dessas mortes, ou seja, 27.440 mortes maternas não haveria a cada ano.

Morre assim, a cada ano, um grande contingente de mulheres, jovens na sua maioria, pertencentes às classes sociais mais baixas, com pouca ou nenhuma escolaridade e sem acesso a serviços de saúde de qualidade.

Ora, não podemos compactuar com essa situação que, como já foi dito, é reversível, desde que se ofereça serviços adequados a essa demanda. Para tanto, são necessárias informações precisas sobre as circunstâncias da morte materna. A identificação dos níveis e da tendência da morte materna no Brasil é de difícil alcance, pois há, em nosso meio, uma grande sub-informação e um grande sub-registro da declaração de óbito. A sub-informação, resultado do preenchimento incorreto das declarações de óbito, em que se omite trata-se de morte por causas ligadas à gestação, ao parto e ao puerpério. O sub-registro é a omissão do registro do óbito em cartório.

Dessa forma, acreditamos que o cadastramento é o primeiro passo para que se mude o crítico quadro de mortalidade materna. Assim sendo, solicitamos aos nobres pares o apoio indispensável à presente matéria e a apresentação de emendas com vistas a melhor aproveitamento da idéia.

Sala das Sessões, ao 1º dia do mês de dezembro de 2005.

PAULOSIDNEI

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 81/2005

Cria o Programa Conviver de estímulo à geração de renda familiar na área urbana, para as pessoas de baixa renda familiar na área urbana, para as pessoas de baixa renda.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. É criado o Programa Conviver, destinado a estimular nos termos desta lei a geração de renda familiar a área urbana, para as pessoas de baixa renda.

Parágrafo único. O Programa Conviver é vinculado à Secretaria de Estado de Trabalho e Ação Social - SETAS e constituído por um Conselho com estrutura e atribuições definidas em ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com os municípios para o fornecimento de suporte e assistência técnica, insumos, créditos subsidiados e isenção tarifária à famílias de baixa renda que cultivarem hortas, destinadas ao próprio consumo ou a fins comerciais, imóveis urbanos não edificadas e que estejam vazios.

Parágrafo único. O convênio de que trata o *caput* somente será celebrado com os municípios que concederem, mediante lei, incentivos fiscais e isenção do Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU aos proprietários dos imóveis que aderirem ao Programa Conviver.

Art. 3º. É o Chefe do Poder Exedutivo autorizado a:

I - regulamentar esta Lei;

II - abrir créditos necessários ao cumprimento desta Lei.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 1º dia do mês de dezembro de 2005.

PAULOSIDNEI

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Trata o presente PL de criar um programa de geração de emprego e renda, em âmbito familiar; para as pessoas de baixa renda com alcance em todo o território do Estado.

O Programa Conviver, ora em proposição, busca oferecer a ocupação rentável, pelo cultivo de hortas destinadas ao consumo próprio ou à comercialização, dos lotes baldios existentes em avultado número em todos os municípios do Estado, independente do tamanho de sua sede, e que estão geralmente ociosos e pouco cuidados, apresentando aspecto de abandono, oferecendo desagradável estética urbana, além de contribuir para a proliferação de nociva fauna, responsável por doenças que em algumas regiões já são endêmicas, como calazar e dengue, e acidentes com cobras, escorpiões e outras espécies igualmente peçonhentas, facilmente encontráveis em tais locais.

O cultivo sistemático de hortas nos imóveis urbanos, particulares ou de propriedade do Poder Público, irá proporcionar a imediata geração de emprego e de renda ao público que se quer beneficiar, eis que a resposta financeira da atividade é de curtíssimo prazo e os produtos de largo consumo em todas as classes econômico-sociais, além das óbvias facilidades de comercialização.

O Poder Público, em sua indeclinável função de promover o bem estar social, irá participar, pelas esferas envolvidas Estado-Município, com a oferta de suporte e assistência técnica, insumo, créditos subsidiados e isenção tarifária e de impostos, esta última a cargo dos municípios.

É por demais sabido que os produtos hortaliços são em sua maior parte adquiridos em outros Estados da União e a adoção deste programa poderá reverter o quadro, dando-nos condições de suprir a demanda interna, economizando divisas tocaninenses e empregando os seus cidadãos.

Revele-se também, por indiscutível importância, a questão social: famílias ocupadas, rendas auferidas, recursos circulantes nas classes de mais baixa renda e serviços e bens a ela acessíveis - tudo isso num círculo virtuoso de benefícios.

Finalmente, a questão da própria segurança aí emerge: lotes limpos e cultivados certamente não oferecerão abrigo a ilícitos, e os logradouros certamente serão mais seguros a toda a população.

Sala das Sessões, ao 1º dia do mês de dezembro de 2005

PAULOSIDNEI
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 82/2005

Altera a Lei nº 477, de 10 de novembro de 1992, que "declara de utilidade pública estadual o Centro de Apoio e Prevenção do Menor Carente."

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. O art. 1º da Lei nº 477, de 10 de novembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação de Assistência e Valorização da Vida, com sede e foro na cidade de Palmas-TO."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salas das Sessões, aos 14 dias do mês de dezembro de 2005.

ELIBORGES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Art. 1º. O Estatuto da Associação de Assistência e Valorização da Vida altera a denominação do Centro de Apoio e Prevenção do menor Carente, bem como transfere a sua sede e o foro, conforme deliberação da Assembléia Geral Extraordinária, realizada aos oito dias do mês de março de 1992, na sede da referida Associação, localizada na ACSE II, Conj. 4, lote 28, na cidade de Palmas-TO.

Pela magnitude social relativa às atividades desenvolvidas pela referida Associação, solicito aos nobres pares a aprovação do presente projeto de lei:

Sala das Sessões, aos 14 dias do mês de dezembro de 2005.

ELIBORGES
Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 83/2005

Institui o Programa de Fornecimento de Leite a Famílias Carentes e de Baixa Renda no Estado do Tocantins e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Fica instituído o Programa de Fornecimento de Leite a Famílias Carentes e de Baixa Renda, destinado ao atendimento de famílias com crianças de até 06 (seis) anos de idade.

Art. 2º. Cada beneficiário fará jus a um litro de leite por dia.

Art. 3º. Caberá a Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social a coordenação, execução e controle do referido programa.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao mencionado Programa, objeto da Lei Complementar nº 111/200, serão advindos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e geridos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 4º. O programa será operacionalizado mediante a entrega de cupons às famílias beneficiadas por intermédio de associações comunitárias, entidades filantrópicas e órgãos do Poder Público Municipal, credenciadas pela Secretaria Estadual do Trabalho e Ação Social.

§ 1º. Os cupons a que se refere este artigo não poderão ser comercializados e não terão nenhum valor econômico ou financeiro fora da finalidade a que se destinam.

§ 2º. Cada cupom valerá um litro de leite do tipo C ou equivalente, podendo ser trocado pelo produto na rede varejista de abastecimento.

Art. 5º. Os estabelecimentos varejistas, devidamente cadastrados e habilitados, resgatarão os cupons com os atacadistas de leite que se habilitarão ao pagamento junto aos bancos oficiais.

Art. 6º. Os procedimentos operacionais do referido Programa serão regulamentados pelo Poder Executivo.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 15 dias do mês de dezembro de 2005.

ELIBORGES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O Programa Nacional do Leite para Crianças Carentes - PNLCC, criado em 1986 pelo Governo José Sarney, possibilitou o atendimento de cerca de 10 milhões de crianças carentes e teve o seu mérito reconhecido pela Organização das Nações Unidas como uma das melhores medidas implantadas no País contra a desnutrição infantil.

Graças a esse programa de governo, foi registrado durante aquele período um declínio expressivo da mortalidade infantil. No entanto, para nossa tristeza, tal Programa, que vinha obtendo um significativo resultado na recuperação nutricional de crianças carentes, foi extinto no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

Aliado a essa lamentável medida, as condições econômicas da nossa população, em que a maioria das famílias sobrevive

com apenas um salário mínimo, não permitem que o leite seja regularmente oferecido às crianças, gerando graves problemas decorrentes da carência nutricional e refletindo, por sua vez, no seu desenvolvimento intelectual.

Com a finalidade de contribuir para a melhoria da qualidade nutricional de nossas crianças, e, baseado na experiência bem sucedida do Governo José Sarney, é que apresento o presente Projeto de Lei, o qual solicito aos nobres pares a sua aprovação.

Sala das Sessões, aos 15 dias do mês de dezembro de 2005.

PROJETO DE LEI Nº 85/2005

Declara Utilidade Pública Estadual a Fundação Roda Viva Empreendimentos Sociais.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Fundação Roda Viva Empreendimentos Sociais, localizada na Rua Juscelino Kubitschek com a Avenida Guanabara nº 465, no município de Gurupi-TO.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 21 dias de dezembro de 2005.

Eduardo do Dertins
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

A integração do Estado, Sociedade e informais expressa a construção da rede de desenvolvimento social de Gurupi e a própria condição humana de projeção pessoal, profissional e comunitária.

Declarar a Fundação Roda Viva Empreendimentos Sociais em utilidade Pública Estadual representa legitimá-la como de fato sendo, mais uma assistência à sociedade e até mesmo ao poder público, tendo em vista a deficiência em seus benefícios que não chegam a todo cidadão. Pelo fato de se tratar de uma entidade sem fins lucrativos, tendo como principal objetivo ajudar aos mais necessitados é necessário ter uma estrutura que só é adquirida através de ajudas e parcerias, logo, reconhecida de utilidade pública, haverá possibilidades de fazer convênios com vários segmentos da sociedade.

Desta forma, solicito aos demais pares a aprovação da proposição.

Sala das Sessões, aos 21 do mês de dezembro de 2005.

Eduardo do Dertins
Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 10/2005

Altera o inciso VI, do art. 61 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, para estabelecer rodízio na designação de relatores nas Comissões

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS resolve:

Art. 1º. Alterar o inciso VI, do art. 61, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61.

VI – designar relatores pelo sistema de rodízio e distribuir-lhes a matéria sujeita a parecer, ou avocá-la, de ofício, ou a requerimento do líder ou autor, quando esgotado o prazo para relatar e não houver pronunciamento do relator.”

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, ao 1º dia do mês de dezembro de 2005.

PAULO SIDNEI
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução dá nova redação ao inciso VI, do artigo 61, do Regimento Interno da Casa (RI), na parte em que estabelece a competência do presidente da Comissão para designar relatores.

Cuida a modificação de aliviar a carga de trabalho, como relator, a que muitos dos deputados se vê acometido, pelas sucessivas designações de que são alvos. Cinco são os membros das Comissões Permanentes, dos quais um é o presidente, que não pode ser relator. Há, também, a razoável possibilidade (uma em cada cinco, no mínimo) de que um dos membros seja autor da matéria o que o impediria regimentalmente de ser o relator (art. 64, RI). Portanto, a rigor, serão três os membros passíveis da relatoria, aos quais esta proposição quer cometer a relevante função pelo democrático sistema de rodízio.

Além disso, a propositura respeita o que dispõe o art. 36 do Regimento Interno que determina: “Na composição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares”, sendo tal dispositivo minuciado na Seção II, subseção I, arts. 44, 45 e respectivos incisos e parágrafos, os quais elucidam definitivamente a questão, disciplinando a proporcionalidade democrática, tradição, vocação e razão deste Poder.

Se há de fato e de direito, e há, representação partidária nas Comissões; se é garantida a proporcionalidade partidária nelas; se é determinado que o deputado deve “ser titular de pelo menos uma Comissão Permanente”, então parece-nos claro que o rodízio na designação de relatores estará melhor respondendo a *mens legis* e a melhor tradição da Casa. O contido no dispositivo em modificação efetivamente contraria o regimento e a vontade legislativa – e deve ser corrigido.

Finalmente, não escapa aos pares que a impessoalidade da designação rodiziada prestigia os parlamentares, e respeita a vontade de seus constituintes-eleitores que os elegeu crendo todos igualmente capazes, os quais terão oportunidade igual isso demonstrar e de prestar relevantes trabalhos na Comissão e na Casa, externando propostas e contribuindo para o progresso do Tocantins e de sua gente.

Sala das Sessões, ao 1º dia do mês de dezembro 2005.

PAULO SIDNEI
Deputado Estadual

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 3/2005

Altera o Decreto Legislativo nº 53, de 31 de dezembro de 2002.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Altera a redação do art. 5º do Decreto Legislativo nº 53, de 31 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. Para cada Sessão Extraordinária em que participa o Deputado, ser-lhe-á devido 1/16 (um dezesseis avos) da remuneração mensal, até o limite de oito por mês.

.....”

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, aos 8 dias do mês de dezembro de 2005.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

Deputado **CARLOSH. GAGUIM** Deputado **SARGENTO ARAGÃO**
1º Vice-Presidente 2º Vice-Presidente

Deputado **ANGELO AGNOLIN** Deputado **JOÃO OLIVEIRA**
1º Secretário 2º Secretário

Deputado **FÁBIO MARTINS** Deputado **JOSÉ AUGUSTO**
3º Secretário 4º Secretário

JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem por finalidade uma alteração no Decreto Legislativo nº 53, de 31 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Poder Legislativo durante esta Legislatura, a alteração ocorrerá no art. 5º onde modifica o percentual aplicado em Sessão Extraordinária a fim de melhor dar apoio às atividades desenvolvidas pelos Parlamentares.

Pelo exposto, solicito aos nobres Pares a aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo, em regime de urgência.

Sala das Sessões, aos 8 dias do mês de dezembro de 2005.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

Deputado **CARLOSH. GAGUIM** Deputado **SARGENTO ARAGÃO**
1º Vice-Presidente 2º Vice-Presidente

Deputado **ANGELO AGNOLIN** Deputado **JOÃO OLIVEIRA**
1º Secretário 2º Secretário

Deputado **FÁBIO MARTINS** Deputado **JOSÉ AUGUSTO**
3º Secretário 4º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 63/2005

Altera o Decreto Legislativo nº 53, de 31 de dezembro de 2002.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. Altera a redação do art. 5º do Decreto Legislativo nº 53, de 31 de dezembro de 2002, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º. Para cada Sessão Extraordinária em que participa o Deputado, ser-lhe-á devido 1/16 (um dezesseis avos) da remuneração mensal, até o limite de oito por mês.

.....”

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2005.

Palácio Deputado João D’Abreu, em Palmas, aos 8 dias do mês de dezembro de 2005; 184º da Independência, 117º da República e 17º do Estado.

Deputado **CARLOS HENRIQUE GAGUIM**
Presidente em Exercício

Deputado **ANGELO AGNOLIN** Deputado **JOÃO OLIVEIRA**
1º Secretário 2º Secretário



DOE SANGUE!

VOCÊ PODE SALVAR VIDAS!

PROCURE O HEMOTO DIRETORIA DE SAÚDE
Hemorrede do Estado do Tocantins

DEPUTADOS DA 5ª LEGISLATURA**Angelo Agnolin - PFL****Cacildo Vasconcelos - PP****Carlos Henrique Gaguin - PMDB****César Halum - PFL****Eduardo do Dertins - PPS****Eli Borges - PMDB****Fábio Martins - PDT****Fabion Gomes - PL****Hélcio Santana - PDT****Iderval Silva - PMDB****João Oliveira - PFL****Josi Nunes - PMDB****José Augusto - PMDB****José Santana - PT****Júnior Coimbra - PMDB****Laurez Moreira - PFL****Palmeri Bezerra - PMDB****Paulo Sidnei - PPS****Raimundo Moreira - PSDB****Sargento Aragão - PPS****Solange Duailibe - PT****Toninho Andrade - PFL****Valuar Barros - PFL****LIDERANÇA DO GOVERNO****Líder :** Deputado Laurez Moreira - PFL**1º Vice-Líder:** Deputado Palmeri Bezerra - PMDB**2º Vice-Líder:****UNIÃO DO TOCANTINS****Líder:** Deputado Fabion Gomes - PL**Vice-Líder:** Deputado Vicentinho Alves - PSDB**BANCADA DO PMDB****Líder :** Deputado Eli Borges**1º Vice-Líder:** Deputado Josi Nunes**2º Vice-Líder:** Deputado Iderval Silva**BANCADA DO PFL****Líder:** Deputado Valuar Barros**Vice-Líder:** Deputado Laurez Moreira**BANCADA DO PPS/PDT****Líder:** Deputado Eduardo do Dertins - PPS